

A INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL (1960-2015): BALANÇO E PERSPECTIVAS

Mamadou Alpha Diallo¹

Refletir sobre África Ocidental é sempre uma satisfação, no entanto, o presente artigo tem um sabor a mais, porque em primeiro lugar marca o aniversário de quarenta anos (1975-2015) da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), em segundo lugar marca quinze anos (2001-2015) da União Africana (UA), mas também e não menos importante quinze anos de vida acadêmica, nossa no Brasil e principalmente porque marca um ponto de partida para a abertura de um novo espaço de diálogo, reflexões e trocas entre africanistas do Brasil e do Mundo, fruto de um longo período de dedicação em pesquisa, ensino e extensão do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dito isso, o presente artigo procura através de uma análise histórica dos processos de integração regional oeste africana, reafirmar o pioneirismo da região em termos de integração socioeconômica, política e cultural, mas também destacar a persistências das dificuldades e desafios da consolidação da unidade política na região principalmente depois da internalização das fronteiras coloniais. Fixou-se como objetivo entender porque, apesar dos enormes esforços e as diversas tentativas, o sonho pan-africanista de autonomia, união e desenvolvimento está ainda a quem do esperado? Parte-se da hipótese de que, as dificuldades são de natureza histórica (herança colonial) e estrutural ligada a difícil relação entre os processos internos de construção do Estado e a inserção do mesmo no Sistema Internacional dominado pelo imperialismo capitalista dos países coloniais e neocoloniais. Ou seja, a baixa velocidade em que andam os processos de integração econômica, política, sociocultural e principalmente a ausência de autonomia esta estreitamente atrelado aos processos de

¹ Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. E-mail: mamadou.diallo@unila.edu.br

independência inacabada devido a fatores endógenos e exógenos.

Análise histórica

Depois de mais cinquenta anos de independência africana e quarenta anos de vida da principal Organização de integração regional oeste africana, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) é importante fazer um balanço da evolução, realizações, dificuldades e perspectivas da Integração Regional Oeste africana. O objetivo desta seção é analisar o passado histórico das diferentes fases da integração regional africana a fim de mostrar que integração não é um fato novo na vida política da região oeste africana e muito menos no continente como um todo.

No entanto, se, no passado, apesar da falta de estruturas físicas e independência política, houve certa harmonização das ideias e atos levando à independência dos países da região na década de 1960, depois, assistiu-se a uma divergência entre elites que levou à criação de múltiplas organizações, inviáveis política, econômica e socioculturalmente. Isso favoreceu a implantação do imperialismo e do neocolonialismo tanto na região quanto no resto do continente, em detrimento da união para o desenvolvimento sociopolítico e cultural da região.

A ideia-mãe da integração africana vem dos movimentos nacionalistas em geral e especificamente do pan-africanismo, que, através da sua mobilização, primeiro no plano externo e depois no âmbito interno, serviu de base para reivindicar a independência política entre o início da década de 1960 e meados da década de 1970. Neste sentido, o pan-africanismo pode ser definido como sendo a expressão das aspirações dos descendentes dos povos africanos (Nkrumah 1963; Wade 2005). Ou seja, é um movimento criado pelos africanos da diáspora e transportado mais tarde pela elite africana da independência, tais como Kwamé Nkrumah, Leopold Sedar Senghor e Cheikh Anta Diop, do Senegal; Patrice Lumumba, do Congo; Jomo Kenyeta, do Quênia; Julius Nyerere, da Tanzânia, para citar somente alguns que se destacaram pela sua dedicação em prol do pan-africanismo e da construção da unidade africana, seja esta no plano regional ou continental.

Neste sentido o pan-africanismo pode ser definido, de maneira simplificada como sendo uma aspiração dos negros da África e da diáspora que se identificam culturalmente por seu pertencimento à civilização negra e africana, que busca sua força na resistência plurissecular dos negros à escravidão e à colonização. Conforme Wade (2005), é esta aspiração que se projeta na unidade política regional e continental sob a forma primeiramente

de integração regional e posteriormente dos Estados Unidos da África. Portanto, a origem da integração africana pode ser confundida com a do pan-africanismo, que nasceu no Caribe e na América do Norte (Estados Unidos e Canadá), no fim do século XIX, resultado de uma longa e violenta confrontação entre, de um lado, as autoridades e escravagistas e, do outro, negros livres e escravos.

Os atuais países da África Ocidental, como os do resto do continente, pensaram na união a fim de fazer frente tanto ao passado da escravatura e do colonialismo quanto à dominação do imperialismo e do neocolonialismo ocidental, além de fazer frente aos desafios do desenvolvimento, da emancipação sociopolítica e cultural de seus povos no mundo globalizado. É diante dos desafios e oportunidades que oferece a era da mundialização que se pensou na integração econômica, política e sociocultural na década de sessenta do século XX, como condição previa para participar de forma competitiva na geopolítica internacional. Porém, cinquenta anos depois da independência africana, observa-se que se de um lado, a integração regional entre Estados oeste africano não é novidade (N´Guessan 2010), do outro, pode se afirmar que o avanço, a eficiência e efetividade do mesmo, é muito abaixo do que se esperava. Isto significa que apesar dos avanços e importantes realizações de Organizações como a CEDEAO, principal bloco de integração econômica da região, o alcance dos principais objetivos e sonhos pan-africanista estão ainda longe de serem alcançados.

Uma possível explicação a essa situação pode ser encontrada através da análise o histórico dos esboços de agrupamentos dos países oeste africanos, levando principalmente em conta o contexto em que se deram início esses processos. Do ponto de vista histórico, pode se identificar a origem dos primeiros projetos de integração regional oeste africanos no contexto da colonização francesa do século XIX, que, ao buscar por sua comodidade gerencial, estabeleceu um padrão e uma estrutura comum de administração das entidades políticas da região. Obviamente, essa opção administrativa de certo modo, foi uma maneira de conservar uma estrutura política herdada da administração africana do império do Mali, o que torna ainda mais incompreensível ou inaceitável, a estagnação ou até retrocesso destes processos, já que, a região é pioneira na implementação das ideias integracionistas no continente africano. Grosso modo, percebe-se que as tentativas de estabelecer uma estrutura política, econômica e cultural unificada na região da África Ocidental começa com os impérios tradicionais (Mali), continua na administração colonial Francesa (África Ocidental Francesa-AOF), antes de ser pensada pelas elites (Kwamé Nkrumah, Ahmadou Sekou Touré, Leopold Sedar Senghor, Modibo Keita entre outros) da independência na década de 1950-1960. Neste sentido, Nunes (2011)

chama atenção sobre o fato de a região apresentar ao longo da sua história, ambiciosas iniciativas de cooperação para o desenvolvimento, antes das ondas liberais globalizantes (1980-1990), consideradas bases principais dos atuais processos de integração regionais. No caso africano, a integração é uma ideia que surge como forma de resistência e de luta contra as agressões externas que o continente e seus povos sofreram ao longo da história. Ou seja, a ideia da unidade, da integração regional e continental surge na África da mesma forma e, com os mesmos objetivos, com os quais surgiram o pan-africanismo e o nacionalismo. Estes processos e movimentos buscam juntar as forças e fazer oposição às agressões externas; portanto, importa dizer que a importação de modelo de integração na África ultrapassa a ideia de “copiar” e entra na lógica da herança histórica e se justifica pela necessidade de se opor à dominação e se afirmar como nação (Diallo 2015). Segundo Ouadraogo (2005), a globalização foi catalisadora de uma vontade dos dirigentes e lideranças africanas em construir uma força continental baseada na cooperação pan-africana, porém, a origem histórica da integração regional africana remonta ao período do acensão à independência dos antigos territórios colonizados. Devido aos vários problemas e insuficiências herdadas da colonização, os Estados recém-emancipados politicamente viram na integração a possibilidade de enfrentar e vencer os desafios de desenvolvimento econômico, político e sociocultural, para pretender uma participação efetiva e respeitosa na geopolítica internacional.

Assim, logo no início das independências, houve várias iniciativas de agrupamentos entre os diferentes Estados a fim de buscar uma complementaridade de força na busca de soluções aos diferentes e enormes problemas de segurança e de desenvolvimento socioeconômico e cultural. Os países da África Ocidental, a partir da década de 1960, como o resto do mundo libertado e independente politicamente da dominação colonial, viram-se diante do desafio de vencer as barreiras do desenvolvimento que se apresentavam primeiro no plano demográfico e econômico, em que os espaços socioeconômicos muitos pequenos obrigam os novos dirigentes a buscarem o alargamento das fronteiras políticas e geográficas (integração) para postular a qualquer tipo de desenvolvimento.

Este alargamento de fronteiras políticas e geográfica permite a redução do custo unitário de produção, graças à economia de escala, a elevação do grau de especialização e de concorrência econômica, o acesso à tecnologia e um melhor compartilhamento de ideias e experiências em todos os níveis da atividade econômica. Ou seja, o primeiro elemento justificativo dos projetos de integração vem da alegação de que a fragmentação da região em pequenos Estados constitui um freio ao desenvolvimento socioeconômico. Este argumento se baseia na hipótese da balcanização (fragmentação) em 54 Estados, cujas relações podem ser focos de potenciais conflitos, já que

podem ser manipulados facilmente pelos adversários ou opositores da ideia pan-africanista. O segundo paradigma é relativo ao fator tempo, que, segundo Nkrumah (1963), trabalha contra a formação do Estado Africano, já que quanto menos rápida for a sua realização, mais se cristalizam as consciências nacionais dentro da balcanização, que por sua vez, traz à tona a consciência dos africanos quanto à necessidade do continente e suas ilhas se tornem rapidamente um território de povo unido em um Estado Unido da África que lhes garanta segurança econômica, uma política externa comum e um desenvolvimento econômico e sociocultural (Tchuigoua 2007, 89).

Em suma, importa notar que se de um lado pode se afirmar que os diversos projetos e movimentos como o Pan-africanismo, Nacionalismo, se originaram fora do continente, a integração também pode ser vista como importado, porém, condicionada pelo passado histórico do continente que se caracteriza pela resistência e oposição ao sistema colonial/neocolonial e a dominação estrangeira (Dieng 2005). Consequentemente, do ponto de vista histórico, pode se afirmar, que enquanto o Estado Africano é um dos mais novo no sistema Internacional, a ideia da integração regional pode ser considerada como uma das mais antiga, pois, iniciou como forma de resistência a escravidão no século XIX, se fortaleceu para fazer frente ao sistema colonial e ao imperialismo ocidental e, depois, se tornou uma bandeira para o desenvolvimento econômico, político e cultural na década de 1990. Dentro do continente africano, a região ocidental é pioneira neste processo, que foi liderado por lideranças tradicionais conhecidas por suas resistências aos processos de ocupação e dominação da África pelas potências no século XIX.

Na opinião de Wade (2005), a conferência de Berlim de 1884-1885 definiu as regras da divisão e da ocupação da África no mapa, entre as principais potências coloniais da época – França, Inglaterra, Alemanha, e a Bélgica, porém faltava a estas potências ocupar os territórios. Nesta segunda fase, apesar do arsenal sofisticado de armamento, os europeus encontraram uma resistência organizada principalmente na África do Oeste, onde os chefes negros tinham a possibilidade de adquirirem armas em Serra Leoa, território povoado, a partir do século XIX, de antigos escravos libertados dos Estados Unidos da América, que, por não ser ameaçado pela nova onda de ocupação ocidental da região, manifestava um sentimento de solidariedade às lideranças tradicionais (Chaka, Samory Touré, Ousmane Dan Fodio, Alboury Ndiaye, El Hadj Omar Tall, Ahmadou Bamba) da região. Ouédraogo (2005, 69) argumenta que são estas lideranças tradicionais que cunharam os primeiros projetos integradores com a ambição de lutar contra a ocupação colonial e reconstruir os vastos conjuntos políticos supratribais que existiam no continente antes da escravatura. Grosso modo, o mito da

unidade que ressurgiu nas Américas, através da diáspora, sustentado pela ideologia do pan-africanismo, é uma recuperação do espírito de resistência que existiu no continente antes da colonização e, é a mesma ideia que vai nortear a mobilização das elites africanas tanto da diáspora quanto do continente em favor da integração regional e continental na década 1960-70. Ou seja, em termos de evolução, pode-se afirmar que o estado atual dos projetos e processos de integração regional africana, ao contrário do que se pensa e afirma, foi apenas acelerado pela globalização e/ou mundialização.

Isto significa os processos que levaram a criação de organizações como a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) em 1975, é uma novidade no formato e no contexto, no entanto, a ideia e até certamente, no imaginário dos idealizadores é um resgate da memória histórica para enfrentar a nova estratégia de balcanização e dominação da região pelo novo sistema colonial conhecido por “Neocolonialismo”. A penetração e permanência do neocolonialismo se deram através da criação do Estado conforme fronteiras e estruturas definidas pela colonização, que transformaram, por exemplo, a África Ocidental Francesa (AOF), que foi uma federação de oito territórios franceses na África em oito países (Mauritânia, Senegal, Sudão Francês (atual Mali), Guiné, Costa do Marfim, Níger, Alto Volta (atual Burkina Faso) e Daomê (atual Benim). Esta fragmentação tem sido apontado como um dos bloqueios da integração, por isso, apesar das divergências ideológicas e políticas entre elites, desde da independência, buscou-se sempre a integração regional como meio mais adequado para a realização do sonho africano de desenvolvimento econômico, político e principalmente sociocultural da região. Não se trata somente de esforços de ampliação de mercado, até porque, segundo N’Guessan (2010, 142), no caso da África Ocidental, o tamanho dos Estados não é o único elemento bloqueador do desenvolvimento. O tamanho dos Estados pode ser totalmente secundário, desde que estes pequenos Estados saibam multiplicar e facilitar suas relações com outros países da região ou do mundo. Ou seja, se de um lado a antiguidade dos projetos e ideias federalistas facilitaram a conquista da independência dos países africanos e o agrupamento dos mesmos em, torno da ideia da integração regional como meio de fortalecer a autonomia, do outro, a herança colonial, criou barreiras endógenas e exógenas que, faz da África Ocidental, bem como o resto do continente, viverem períodos cíclicos de avanços e retrocessos, de optimismo e pessimismo. Considerando essa constatação e levando em consideração os quarenta anos (1975-2015) do principal bloco de integração Regional da África Ocidental, a próxima sessão desta reflexão, foca a análise dos fatores endógenas e exógenas que bloqueiam a integração regional oeste africana, assim como o balanço das realizações e desafios da CEDEAO.

CEDEAO e as barreiras da integração: os fatores endógenos e exógenos

A região oeste africana se caracteriza por outros elementos impeditivos do desenvolvimento no âmbito dos Estados Nacionais, onde além do limitado espaço físico, são destacados, as diversidades e rivalidades étnicas, religiosas, flagradas em países como Costa de Marfim, Nigéria. No plano regional, um conjunto de obstáculos institucionais, legais e infraestruturais são vistos como entraves do desenvolvimento socioeconômicas, culturais e políticas, em suma, do desenvolvimento da cooperação regional e, no plano internacional, a África Ocidental se localiza cada vez mais à margem dos mercados mundiais, das redes tecnológicas, dos grandes sistemas de telecomunicações, da comunidade internacional em geral. Assim, a criação de uma diversidade de Organizações regionais foi a forma pela qual os dirigentes buscaram enfrentar essas entraves e desafios. Uma análise mais detalhada poderia descrever cada uma destas iniciativas integracionistas da África Ocidental, para mostrar que os principais projetos de integração que surgiram nesta parte da região entre 1950 e 1975 (ver quadro 1) foram determinantes na história da integração regional da África Ocidental e do continente. Isto porque, as iniciativas de integração oeste africanas foram a origem da convergência e divergência política e ideológica que pauta, até a atualidade, as relações inter e interafricanas.

Quadro 1 - As diversas tentativas de criação de organizações de integração regional na África Ocidental entre 1959 e 1975

Data de criação	Organização Regional	Área de intervenção	Países membros
1959-1960	Federação do Mali	Política e econômica	Mali, Senegal, Burkina Faso, Benin,
1959-1960	União Gana-Guiné	Econômica	Gana, Guiné e Mali.
1959-1962	União aduaneira da África Ocidental (UDAO)	Econômica	Côte d'Ivoire, Benin, Burkina Faso, Níger, Mauritânia, Senegal e Mali (Sudão francês).
1963-2001	Organização da Unidade Africana (OUA)	Várias	Os 32 Estados independentes do continente da época

1964	Acordo econômico e Financeiro	Econômica	Serra Leoa e Guiné
1966	União aduaneira dos Estados da África do Oeste (UDEAO)	Econômica	Côte d'Ivoire, Benin, Burkina Faso, Níger, Mauritânia, Senegal e Mali (Sudão francês).
1966	Mercado Comum Oeste Africano	Econômica e política	Libéria, Serra Leoa, Côte d'Ivoire, e Guiné.
1970	Comunidade Econômica da África do Oeste (CEAO)	Econômica e monetária	Côte d'Ivoire, Burkina Faso, Mali, Mauritânia, Níger e Senegal.
1971	Cooperação econômica	Comércio e serviço social	Serra Leoa e Libéria
1973	União do Rio Mano	União aduaneira e econômica	Serra Leoa, Guiné e Libéria.
1973	União Monetária da África Ocidental (UMAO)	Econômica	Benim, Burkina Faso, Costa de Marfim, Mali, Níger, Senegal, e Togo.
1973	Comunidade Econômica da África Ocidental (CEAO)	Integração monetária	Côte d'Ivoire, Benin, Burkina Faso, Níger, Mauritânia, Senegal e Mali (Sudão francês).
1975	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)	Integração econômica e monetária	Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa de Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

Fonte: Diallo 2015.

Este quadro mostra que a integração regional esteve sempre na mente dos oeste-africanos desde os primeiros anos de independência, fato que se deve muito a memória dos grandes impérios (Benin, Mali, Songhai) que marcaram a região antes da colonização europeia. Outro ponto importante a ser destacado neste quadro, é que somente a CEDEAO criada em 1975, resistiu aos períodos difíceis da Guerra Fria, a onda Liberal

e neoliberal que pode ser lembrada pelos apertos da década perdida que levou à adoção dos programas de Ajustamentos Estruturais (PAEs) (1980-1990) e se fortaleceu no período que seguiu a queda do muro de Berlim e viu a região e o continente africano desafiado pela implosão dos frágeis Estados Nacionais pelas guerras civis (Libéria, Serra Leoa, Ruanda, Burundi, Guiné-Bissau). Ou seja, como diria Adebajo (2013), maldição de Berlim continua a assombrar o futuro da África, pois, enquanto os conflitos e disputas como os acima citados tinham raízes internas mais imediatas, os conflitos e disputas entre países como as disputas entre Etiópia e Eritreia, Somália e Etiópia, Líbia e Chade, Nigéria e Camarões são frutos da herança colonial entre países.

Para Adebajo (2013), se durante a Guerra Fria na África se temia a intervenção externa, no período pós-apartheid, a marginalização era a maior preocupação, pois se observava cada vez mais o continente chamava menos atenção, a ajuda e o investimento externo se deslocavam para as democracias emergentes da Europa Oriental e mais tarde os recursos passaram a serem desviados dos países africanos em conflitos para aumentar os esforços de reconstrução de países como Afeganistão e Iraque até 2003. A partir desta reflexão de Adebajo, pode-se afirmar que é a percepção deste “abandono” do continente pelos parceiros tradicionais que motivou a reação Africana que resultara no renascimento africano com a substituição da Organização da Unidade Africana pela União Africana (2001) e a criação da Nova Parceira Para O desenvolvimento da África (2002) e conseqüentemente, uma fase de fortalecimento das Organizações de Integrações Regionais Africanas entre os quais a CEDEAO. Esta fase foi vista como o primeiro passo para a superação no mínimo da fase e da herança colonial, principais barreiras exógenas da formação do Estado e do fortalecimento da Integração regional, porém segundo Adebajo (2013, 03):

Os africanos não conseguiram superar o legado colonial de Berlim, como sistemas econômicos e políticos foram ainda amarrados ao legado pelo estadista imperial em Berlim. Os líderes africanos também não conseguiram criar esquemas de integração regional eficazes para superar as bandeiras herdadas da era da conferência de Berlim. é, assim, uma metáfora para descrever de África colonial e pós-colonial suas experiências, bem como seus desafios contínuos de quebrar as ligações das cadeias políticas, econômicas e culturais herdadas do estado colonial.

A herança colonial continua como se vê, a ser um dos principais gargalos dos processos tanto de formação do Estado quanto da integração regional do continente africano e ao analisar os fatores endógenos e exógenos da Integração oeste africana percebemos que os dois emanam da mesma fonte. Ou seja, tanto as barreiras endógenas quanto exógenas são frutos da

herança colonial, que ganharam mais sofisticação e aprofundamento com as elites políticas que administraram e administram os Estados Africanos após a independência.

Quais seriam estas barreiras? Como as mesmas podem ser atribuídas a herança colonial? Isto significa que a colonização é responsável por todas as males que afetam Ocidental e o continente como um todo? Eis são algumas interrogações que mobilizaram a Comunidade Oeste Africana entre 2006 e 2010 com apoio da UNESCO e dos diferentes governos dos quinze países-membros da CEDEAO, com objetivo de passar um pente fino nos problemas, sucessos e possibilidades ou potencialidades da região e triar novos caminhos para a integração, o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural da região.

Entre as barreiras apontadas pela coleção de livros produzidos no período acima apontado, estão a fragmentação política da região resultado da adoção e internalização das fronteiras traçadas pela colonização e marcos principais dos Estados Nacionais. O resto das barreiras da integração regional oeste africana giram entorno dos Estados e principalmente na gestão dos mesmos e são, entre outros, má administração pública dos governos ditatoriais e dos partidos únicos, que, de certa forma aniquilaram qualquer tipo de dialogo interno, alimentando a corrupção e o clientelismo (Sanankoua 2007, 16). Outros elementos identificados no congresso de Bamko (2007) como problemas da integração regional oeste africanos, são entre outro, o egoísmo nacional, a transposição dos modos de funcionamento dos Estados nos organismos regionais, a falta de cultura democrática, a preponderância das ambições individuais e ideológicas e a fraca implicação da sociedade civil nos assuntos regionais (Sanakoua 2007; Sidibe 2007). Eis, são alguns dos elementos explicativos do desfuncionamento dos mecanismos institucionais da integração e que demonstram o peso do Estado-Nação na região assim como seu papel na falta de cumprimento das decisões comunitária assim como a fraca articulação entre as estruturas regionais e nacionais. Pode se acrescentar neste conjunto d África e elementos a falta do chamado cultura do Estado de direito, de cultura democrática e sugere a reforma urgente dos Organismos de integração regionais como a CEDEAO. É importante, nesta altura dizer que estas faltas assinaladas acima não podem ser percebida como uma coisa normal e comum dos africanos, mas sim, uma herança que as elites receberam da escola colonial e reforçada pelos pactos neocoloniais e o contexto internacional da Guerra Fria.

As consequências destas práticas internas apoiadas por parceiros internacionais: “os famosos Amigos da África” também conhecidos como parceiros tradicionais do continente (França, Inglaterra, Portugal, Estados Unidos da América) são visualizadas na atualidade em termos

de falta de infraestrutura, gestão ineficaz dos recursos e problemas sociopolíticos, econômicos e culturais dos Estados, além de aumentar as rivalidades entre Estados e entre elites que gerou entre outro problema, a multiplicação das Organizações de Integração Regionais. No entanto, apesar disso, a integração sempre esteve nas prioridades dos Estados e das elites políticas da África ocidental. Nesta lógica, Sanankoua (2007) argumenta que independentemente dos problemas e dificuldades encontradas nos caminhos, a integração regional, continua sendo um elemento central nos debates devido tanto a globalização em curso, mas e principalmente, no caso africano aos problemas de governação, as crises e conflitos armados, às dificuldades econômicas, a pobreza e a falência dos Estados. Assim é recomendável a aceitação do abandono pelo menos parcial do princípio da soberania para permitir o funcionamento autônomo das estruturas comunitárias e a aplicação efetiva das decisões tomadas no âmbito das Organizações supranacionais. Deste modo, há de concordar com Kamian (2007) quando afirma que a integração é uma condição incontornável para o desenvolvimento do continente e se pergunta se, a União Africana, última versão da integração a nível continental, conseguira triunfar diante das diversidades e complexidades dos problemas a serem enfrentadas, tais como a questão linguística vista, na nossa opinião, de forma equivocada como barreiras a integração. Considerado como um dos elementos de dominação e de influência colonial a língua, é de uma relevância fundamental na cultura africana e conseqüentemente nos processos de integração regional oeste africana. No entanto, a partir da adoção oficial das línguas ocidentais, as diversidades linguísticas africanas passaram a ser consideradas como freios a aproximação dos africanos no âmbito dos processos de integração regional. Neste sentido, há reflexões importantes chamando atenção sobre a importância da língua antes da mesma ser vista como barreiras a integração como bem ilustra Diop (1960), nas linhas a seguir:

A influência da língua é tão importante que as diferentes metrópoles europeias pensam que podem sem grande prejuízo se retirar de maneira aparente politicamente da África, mas, continuando de forma real no domínio econômico, espiritual e cultural (Diop 1960, 26).

Esta afirmação de Diop deixa clara a importância estratégica de convencer os africanos a adotar inglês, francês ou português como idioma oficial, sobre o pretexto de que é a única que pode unir os africanos, mas cabe perguntar em que? Certamente a única resposta certa a esta indagação seria é admitir que as línguas das antigas metrópoles unissem os africanos no sofrimento, na submissão e na perpetuação da alienação cultural, econômica e política (Diallo 2015). Nesta ótica, que se ouve falar que as diversidades de

línguas e culturais são os principais problemas da construção do Estado nacional na África, e infelizmente, esta ideia foi internalizada e aceita pelos africanos em geral e particularmente pela classe dirigente. Assim, ser eloquente, se expressar bem em francês, português ou em inglês se tornou sinônimo de inteligência, intelectualidade ou simplesmente o principal elemento do poder simbólico como diria Pierre Bourdieu (2001). Este autor acredita que existe um poder simbólico, diante o qual, as classes dominantes são beneficiadas de um capital simbólico, disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais que possibilita exercer o poder. Para Bourdieu (2001), esses símbolos são instrumentos por excelência da integração social e tornam possível se obter o consenso acerca do sentido do mundo social a qual contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem dominante.

No caso da África Ocidental, apesar das diversidades de linguais e “dialetos” que existem na região, observa-se a existência de línguas veiculares e transfronteiriços que permitem a comunicação entre os diferentes povos da região. Segundo Sangaré (2009, 217), o conceito de língua veicular se aplica a línguas que ultrapassaram seus berços regionais e são utilizadas para compensar as necessidades de comunicação inter étnicas, enquanto que o de língua transfronteiriça se aplica a aquelas que, mesmo estando dentro do seu berço regional, se encontra no mínimo em dois países vizinhos. Estes dois tipos de línguas se caracterizam pelo fato de se apresentarem como o lugar ou elemento nos quais se baseiam as diferenças nacionais e étnicas. Aplicando estes conceitos à região, encontrarmos várias línguas veiculares entre os quais pode se citar o Akan, Mandinga, Dioula, ewe, Fula, Inglês francês, português. Portanto, se consideramos somente a justificativa de que as línguas do colonizador são as que são faladas por todos, para tornar o português, inglês e francês línguas oficiais dos diferentes Estados da África Ocidental, veremos que há outras línguas africanas que são regionais e, portanto, poderiam da mesma maneira, servir e alias servem de meio de comunicação entre a maioria da população. Desse modo, pode-se concordar com a ideia de boa parte da literatura que argumenta em favor da promoção das línguas africanas e que afirmam que se nunca é mais prático preconizar o uso de simultâneo do francês, do inglês e do africâner, não teria motivo também para preconizar o uso exclusivo do francês ou do inglês (Diop 1960; Sangaré 2009).

No que desrespeite as línguas transfronteiriça, considerando o espaço da CEDEAO que ocupa o antigo espaço do império do Mali verifica-se na atualidade, entre as treze línguas² reconhecidas como linguais nacionais

2 São Bamananka, djula, Dogã, Fula, Hasanya, Maninkankan, Soninké, Synara, Senoufu, Kassonké etc.

pelo atual Estado do Mali, dez são faladas além das fronteiras do país. Entre estas pode se citar a língua mandinga (mandê), que é falada em Burkina Faso, Costa de Marfim, Gâmbia, Guiné Bissau, Guiné Conakry, Mali Senegal e, portanto mais falada que qualquer outra língua europeia da região, somente em termos geográficos, mas também em nível da sociedade. O francês é a língua oficial da maioria dos países da região, oito dos quinze países da CEDEAO, mas ela é um idioma usado pela minoria escolarizada enquanto que a mandinga é falada tanto por países de colônia francesa (Costa de Marfim, Mali, Burkina Faso, Guiné Conakry) países de colônia inglesa (Gâmbia) e Guine Bissau de colônia portuguesa e é usada pela maioria da população, sejam esta alfabetizada ou não. Neste caso, constata-se que há mais de um motivo de se adotar uma língua africana em vez, de optar por uma ou outra herdada da colonização que além de ser acessível somente a minoria em seus países de uso, cria além das fronteiras físicas uma fronteira cultural e dialética, e dificulta de um lado a aproximação das próprias elites e entre esse a população as elites e do outro possibilita a continuação da ingerência externa das ex. Potências coloniais. Esta rivalidade presente na região desde antes da independência até na atualidade, pode ser ilustrada nas seguintes palavras de Cheikh Anta Diop.

“Devemos ser extremamente desconfiado das tentativas discretas de” saxonização” da África negra, devido à largura dos territórios da colônia britânica”. O esforço conjugado da Inglaterra e principalmente dos Estados Unidos das Américas, tende a desorganizar os hábitos dos “intelectuais” e a levar assim as antigas colônias francesas, portuguesas etc. em optarem pelo inglês de forma que a unificação linguística se faça a partir deste idioma. Mas a unidade linguística com base numa língua estrangeira qualquer, independentemente da ótica ou do ângulo, que se preconiza seria um abortamento cultural. Ela consagraria irremediavelmente a morte da cultura nacional autêntica, o fim da nossa vida espiritual e intelectual profunda, para nos reduzir ao papel de eternos pastores que teriam fracassado em sua missão neste mundo (Diop 1960, 24).

Este texto mostra que a pretensão de se criar uma unidade linguística na África ocidental com base no inglês ou no francês não teria em hipótese alguma o efeito esperado, que é facilitar a integração regional e o estreitamento dos laços entre africanos, mas também deixa clara a existência de rivalidades entre francófonos e anglófonos na região. Esta rivalidade transposta nestes termos reforça as diferenças entre africanos e esconde o verdadeiro problema da questão que é a rivalidade entre interesses individuais, egoísta da elite dirigente do ponto de vista interno e do ponto de vista externa, temos o antagonismo entre interesses das ex-metrópoles em manter sua influência na região e a necessidade local de construir um espaço viável econômica, política e socialmente.

Assim considerando que, de forma geral, o ponto crítico da integração econômica é a promoção do comércio e do bem-estar dos países-membros, Egoscozábel (2004) afirma que, para os países em desenvolvimento, em geral, e africanos em particular, o fator chave da integração não é tanto a expansão comercial cujo potencial de crescimento é muito limitado por outros fatores, mas os efeitos de estímulo de outras variáveis, tais como o investimento diante dos objetivos de crescimento e de desenvolvimento humano, as divergências herdadas da época colonial. Deste modo, pode se afirmar, a partir da análise histórica que os resultados do regionalismo na África subsaariana, apesar de positivos, continuam enfrentando enormes desafios e problemas quarenta anos depois da criação da CEDEAO (1975-2015).

No entanto, importa ressaltar que a integração oeste africana, assim como os blocos de integração das outras regiões do continente, ganharam mais dinamismo depois da criação da União Africana (UA) em 2001 e da Nova Parcerias para o Desenvolvimento da África em 2002. Estes dois fatos (criação da UA e do NEPAD), se de um lado simbolizam o Renascimento africano, do outro reafirmam a fidelidade africana aos princípios e mandos dos países ocidentais. É nesta ótica que Otávio e Cardoso (2014, 45) afirmam que:

De um lado A UA é a expressão da adequação africana ao mundo Pós-Guerra Fria, já que se volta a pontos preconizados pelos países ocidentais tais como a valorização da democracia, dos direitos Humanos, da boa governança e por outro, a UA, também representa a resposta da África aos seus desafios como a resolução dos conflitos e pacificação do continente.

A partir desta afirmação pode se perguntar se realmente a criação da UA pode ser considerada uma ruptura com o passado histórico do continente marcado pela dominação colonial e neocolonial. Ou seja, podemos considerar a criação da UA e do NEPAD como símbolos de autonomia e de autoafirmação do continente? A resposta a esta indagação pode ser positiva se consideramos a primeira década de existência da UA e do NEPAD (2001-2011) e negativo se olharmos o continente a partir da chamada primavera árabe em 2011.

Na primeira década, viu-se uma África revigorada, mais confiante e otimista que, através das várias iniciativas e programas conseguiu atrair novos parceiros sem afastar os antigos, gerando deste modo, um avanço significativo na realização do sonho pan-africanista de ver o continente unido rumo ao desenvolvimento socioeconômico, cultural e político. Nesta linha, pode se afirmar que os países da CEDEAO sairão na frente, apresentando resultados positivos tanto na resolução dos conflitos (Libéria,

Serra Leoa, Guiné-Bissau), quanto na imposição de formas pacíficas e legais de acesso ao poder, resolvendo desta forma quase que definitivamente a questão requerente de golpes de Estados, eleições non transparentes ou, pelo menos, duvidosas, já que sempre vencidas pelos partidos governantes e instabilidades política na região. Esta nova onda inicia no Senegal em 2000, com a famosa alternância política, ocorrida com a vitória da coalizão de partidos de oposição, denominado *Front pour l'alternance* (FAL), liderado pelo candidato Abdoulaye Wade do partido democrática Senegalesa (PDS). A vitória do FAL no segundo turno das eleições do dia 19 de Março de 2000 anunciava não somente o fim de quarenta anos de reinado do partido Socialista (PS), mas também, um empoderamento da juventude africana através das urnas, uma outra forma de prosseguir no caminho da revolução pan-africanista, várias vezes confiscada por parte das elites e seus aliados do ocidente. Assim, Senegal tomando o rumo da mudança exatamente um século depois da primeira conferência pan-africanista em Londres (1900-2000), anuncia uma ruptura com o passado colonial, o partido único, os presidentes vitalícios (...), o fim do que, Bruno Jaffré (1989), analisando a ruptura voltaica (Burkina Faso) que trouxe Thomas Sankara ao poder em 1983, descreve como uma ruptura decorrente do desgaste progressivo do sistema político herdado da colonização (Jeffre 1989, 11). Igualmente foram notadas avanços significativos na integração de infraestrutura, que de certo modo facilitou o desenvolvimento socioeconômico da região, o avanço da democracia e respeito aos direitos humanos.

Coincidência ou não, importa notar que este clima denominado pelos especialistas e comentaristas políticos africanos como “*le vent du changement*” entrou na região pela mesma porta, por onde, cerca de dois séculos atrás, chegava o colonialismo francês e, certamente por isso, ao longo do período colonial a capital da África Ocidental Francesa (AOF) e para marcar este simbolismo, o novo governo senegalês financiou a construção de dois monumentos simbolizando respectivamente o renascimento Africanos (Estatua que se torno uma atração turística na capital senegalesa) e a abertura do continente ao resto do mundo, obra do arquiteto senegalês Pierre Goudiaby conhecido com o apelido de Atepa (o construtor em diola), que também afirma que Senegal é a porta da África. Portanto, “*l'Alternance politique*” pode ser interpretada como a entrada de uma nova era na região e no continente e neste sentido, era de esperar dificuldades e até enfrentamentos entre pro e contro este novo clima político.

Esta dualidade, resultado da bipolarização das relações interafricanas (Diallo 2015), será a causa ou justificativa do declínio desta nova fase otimista da África Ocidental, efetivamente iniciando pela quebra das regras democráticas, desrespeito dos resultados das urnas e resgate das velhas

regras do clientelismo entre elites políticas africanas e potências coloniais preocupadas em salvaguardar seus interesses e influências. É nesta ótica que surge a crise de Costa de Marfim, resultado direto do impasse eleitoral de 28 de novembro de 2010, quando a vitória do líder opositor Alessane Ouattara, anunciada por uma Comissão Eleitoral Independente apoiada pela ONU, foi bloqueada pelo Presidente em exercício Laurent Gbagbo que tinha em seu suporte o Conselho Constitucional do país, órgão legal máximo do Estado (Diallo, Kerr De Oliveira e Silva 2011, 04).

A situação levou a um impasse nacional e internacional e principalmente permitiu o ressurgimento, estratégico do neocolonialismo francês, que mais uma vez conseguira, colocar os africanos uns contra os outros não somente dentro de Costa de Marfim onde o debate político termina com a Guerra civil, mas também entre os países da CEDEAO, que optaram (ou não) pelo alinhamento aos ideais europeias de intervenção, contra a visão africana de negociação, defendida tacitamente por países líderes da UA como África do Sul, Angola e Líbia. Assim, iniciava a fase negativa não somente da União Africana, mas também da CEDEAO, abrindo espaço para o novo intervencionismo (Costa de Marfim, Mali, Líbia, República Centro Africana) destrutivo do ocidente em solos africanos (da França especialmente). A partir de então se assiste, no âmbito dos países da CEDEAO, a volta do clima de incerteza, insegurança e instabilidades políticas com graves consequências socioeconômicas, base da nova onda de migração internacional em geral e particularmente a migração africana em direção ao continente europeu. A região volta a enfrentar a mesma dinâmica de segurança do período da Guerra Fria e do partido único, caracterizado pela instabilidade política interna e pelas constantes intervenções militares francesas nas suas ex-colônias em prol de seus interesses. Neste sentido, (Cardoso 2015), mostra que ao contrário do que se esperava, no período pós-independência, a França aumenta sua influência política e estratégia militar na África Ocidental por meio dos pactos de defesa assinados com os vários países da região.

Na fase positiva da UA, viu-se uma tendência a diminuição da presença militar francesa na região, com o anúncio de fechamento de uma das principais base militar francesa na ocasião da festa da que marca cinquenta anos de independência no dia 04 de abril de 2010, pelo então presidente senegalês Abdoulaye Wade. Esta decisão efetivada em 2010 foi tomada em 2008, como uma forma de marcar a ruptura que se esperava ha cinquenta anos. No entendimento do presidente Wade, a presença do exército francês no Senegal, depois de cinquenta anos de independência, não é mais compreensível e aceitável. Assim, o Senegal não será o último país a manter bases militares francesas na África, principalmente porque,

a justificativa desta presença militar não se sustenta mais, pois, “Não pode haver agressões externas ao país. Refleti muito, não vejo quem pode agredir o Senegal”. Esta postura, senegalesa dá seguimento as mudanças anunciadas pela alternância democrática de 2000, seguida do renascimento africano simbolizado pela substituição da OUA pela UA em 2001 e a criação do NEPAD em 2002. Pelo simbolismo que Senegal representa nas relações internacionais africanas, era de esperar uma reação enérgica da França e de seus aliados ocidentais, para impedir o avanço destas mudanças, que reforçam a autonomia e a salvaguardo da soberania dos países africanos. Assim podemos atribuir, os movimentos internos e externos, mobilização da imprensa e dos meios de comunicações francesas e senegalesas contra o regime senegalesa como o primeiro passo desta reação. Neste sentido, a criação de movimentos de jovens (Yana Mar), para lutar contra Wade e seu governo no senegal, tera o mesmo efeito político que o golpe que derrubou Amado Toumani Toure (ATT) do Mali, a guerra civil que trouxe Alassane Ouatara no poder em Costa de Marfim ou a invasão da Líbia de Kadafi pelas tropas da OTAN, lideradas pela França. O objetivo estratégico de todos estes fatos é o mesmo: criar o caos, derrubar os governos pro mudança, trazer de volta os amigos da França, para defenderem a necessidade da permanência francesa por meio dos famosos acordos de cooperação como mostra a declaração de Macky Sall, novo presidente do Senegal, eleito no segundo turno das eleições de 2012:

O pedido de retirada da base militar francesa é um erro, qui vinha de um sentimento nacionalista, em certa medida mal colocada. Sem tais bases na África, o Mali teria desaparecido do mapa e nosso país teria certamente sentido as consequências nefastas do avanço do terrorismo. Sim, declaro ter assinado um novo acordo de cooperação qui permitiu aliviar os dispositivos, mas, necessitamos que as tropas francesas do senegal, possam ser reforçados para formar e treinar as forças senegalesas e das de seus vizinhos da CEDEAO (Sall 2013).

Esta declaração do novo presidente senegalês combina com o perfil das novas lideranças políticas da região, mas também indica uma nova fase da Françafrica em andamento na região com todas as consequências nefastas para os processos de integração regionais, a estabilidade e a segurança oeste africano. Assim, da mesma forma que em períodos anteriores, nomeadamente a Guerra Fria (1960-1990) e período pós-Guerra Fria (1990-200-), a busca por desenvolvimento socioeconômico e político, objetivos principais da criação da CEDEAO, deixam de ser o foco principal da organização regional que passa a dar prioridade a questão da segurança regional. Segundo Cardoso (2015, 115), esta situação pode ser generalizada para as outras Comunidades Econômicas Regionais (RECs) do continente,

pois, se todos tinham no momento da criação, preocupações centradas na busca de soluções dos problemas socioeconômicos dos Estados-membros com o fim da Guerra Fria e o agravamento da situação da segurança no continente, assiste-se a uma expansão da agenda das RECs africanas para incluir temas relacionados à defesa e segurança. Vale lembrar que a CEDEAO é pioneira neste assunto no continente tendo como ponto de partida a intervenção da CEDEAO na Guerra civil liberiana em 1990 (Cepik 2010; Cardoso 2015).

Elementos como a drástica deterioração da situação da segurança do continente na década de 1990, o abandono da África pelas antigas potências atuantes na região e a incerteza da Comunidade Internacional em intervir em conflitos africanos, a incapacidade da OUA em resolver os problemas de segurança do continente, o aumento do interesse das potências regionais (Nigéria, África do Sul) em assumir responsabilidade e liderança na estabilização do continente, a crescente aceitação das abordagens regionais de segurança por parte da ONU e o sucesso da intervenção da ECOMOG na guerra civil na Libéria, se destacam como fatos explicativos do maior envolvimento das RECs africanas nas questões de segurança e defesa (Cardoso 2015), no continente a partir da década de 1990 e o fortalecimento do mesmo desde 2001. Neste contexto importa ressaltar o papel da CEDEAO e de seus países-membros na catalisação dos esforços continentais em busca de soluções para os problemas africanos reforçando, deste modo, a continuidade histórica da liderança e do pioneirismo oeste africano nas revoluções e lutas para a autonomia do continente ao longo da história.

Como já foi destacado, certamente este pioneirismo e engajamento, explica porque a região oeste africana é também o primeiro alvo dos predadores internacionais tais como os países imperialistas e colonialistas (França, Inglaterra principalmente), o terrorismo Internacional (Boko Haram, Al-Qaeda Magreb, Al Sabab), que fazem da CEDEAO uma Organização desafiada constantemente. Neste sentido, pode se afirmar que quarenta anos depois da sua criação (1975-2015), a CEDEAO, tem um saldo positivo apesar das dificuldades e insuficiências encontradas. A atuação da CEDEAO contribuiu e continua contribuindo não somente na resolução dos diversos problemas da região, mas também do continente, no entanto, há necessidade de reforçar a união, harmonizar as posições e políticas dos países da região em relação ao mundo em geral, a França e as empresas multinacionais das mais diversas áreas em particular para acabar com os ciclos de intervencionismo e ingerência externa na região, preservar a autonomia, independência e interesses da região. Sem a união o sacrifício e a harmonia as ações positivas da CEDEAO serão sempre barradas pelos interesses sistêmicos globalizantes que são fontes inesgotáveis de

instabilidades políticas, ineficácia das políticas econômicas, dos problemas socioculturais, a pauperização e fragmentação que geram consequências como as crises migratórias. Fall (2012) vê a imigração africana e oeste africana, em particular, como resultado da pauperização inerente das crises econômicas e suas múltiplas consequências. Para enfrentar essas crises e desafios que afetam a periferia do Sistema Mundo capitalista, as populações dos países do sul acabaram elegendo a imigração internacional como uma estratégia de sobrevivência da mesma forma, foi ao longo dos anos setenta (1970), no entanto, a incansável sede de evasão da juventude africana, desde 2000 se choca com o reforço do protecionismo dos eldorados.

REFERÊNCIAS

- Adebajo, Adekeye. 2013. *The Curse of Berlin: Africa after the cold War*. Oxford University.
- Bourdieu, Pierre. 2001. *O poder simbólico*. 4ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Cepik, Marco (Org). 2010. *Segurança Internacional: práticas, tendências e conceitos*. São Paulo: Hucitec.
- Diallo, Mamadou A. 2015. “África Ocidental: Oportunidades e Desafios da Integração Regional frente as Relações Interafricanas.” Thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brazil.
- Diallo, Mamadou A. 2011. “A construção do Estado no Senegal e Integração na África Ocidental: os problemas da Gâmbia, de Casamance e da Integração Regional”, Master’s Thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brazil.
- Diagne, Madiambal. 2010. « Senegal: Les vraies raisons du retrait militaire français de Dakar », *Quotidien*, 24 Fev.2010.
- Dieng, Amady Aly. 2005. “Nacionalismo et panafricanismo”, In *Intellectuels, nationalisme et idéal panafricain: perspective historique* edited by Bah Therno, 57-68. Dakar : CODESRIA.
- Diop, Cheikh Anta. 1974. *Les fondements Économiques et Culturels d’un État Federal d’Afrique Noire*, Paris : Présença Africaine.
- Kamian, Bakari. 2007. « La dynamique des integrations de la periodo coloniale à nos jours. » In *Les États- Nations face à l’intégration régional en Afrique de l’Ouest: le Cas du Mali* edited by Sanankoua, Bintou, 47-80. Paris : Karthala.
- Nkrumah, Kwame. 1963. *Neocolonialismo-último estágio do imperialismo*,

Brasília: Civilização.

- N'Guessan, Donald Jean Marc. 2010. « Développement et integration regional en Afrique de l'Ouest : analyse des contribution de l'HOHADA et de l'UEMOA, 2009. » Thesis, Ecole doctorale de Science de l'Homme e de la Société, departement de Droit Publique, Université de Reims-Champagne Ardenne.
- Nunes, Lito Fernandes. 2011. “Economia política da integração regional na África ocidental: a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) como estratégia para o desenvolvimento regional” Thesis, Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brazil.
- Otávio, Anselmo and Cardoso, Nilton C. F. 2014. “Reflexões acerca da primeira década da União Africana: da transformação à atuação no Burundi, no Sudão e na Somália”, *Revista Conjuntura Austral* 5 (26).
- Ouédraogo, Ra-Sablga Seydou. 2005. “Trajectoire historique, actualité et perspectives du panafricanisme » In *Intelectuels, nacionalisme et ideal panafricain* edited by Bah, Thierno (org), 69-87. Dakar : CODESRIA.
- Sall, Macky. 2013. « La Fermeture De La Base Francaise «Une erreur qui relevait d'un sentiment nationaliste quelque peu mal placé», *Seneweb*, Accessed December 14, 2015 http://www.seneweb.com/news/Politique/fermeture-de-la-base-francaise-a-dakar-laquo-une-erreur-qui-relevait-d-un-sentiment-nationaliste-mal-place-raquo-se-lon-mack_n_99280.html
- Sanankoua, Bintou. 2007. *Les États- Nations face à l'intégration régional en Afrique de l'Ouest: le Cas du Mali*. Paris : Karthala, Paris.Sidibe. 2007. « Ousmane Oumarou. L'intégration en Afrique de l'Ouest : evolution des questions instituicionnelles et politiques » In *Les États-nations face a l'intégration régional en Afrique de l'Ouest : le Cas du Mali* edited by Sanankoua, Bintou (ed), 13-42. Paris : Karthala.
- Tchuigoua, Bernard Founou. 2007. « Panafricanisme et lutte dans un monde multipolaire. » In *Integration régionale, Démocracie et Panafricanisme: Paradigmes anciens, nouveaux défis* edited by Adandé, Alexis B. A.(dir.), 89-114. Dakar : CODESRIA.
- Wade, Abdoulaye. 2005. *Un destin pour l'Afrique: l'avenir d'un continent*. Ile de la Jatte, Michelle Lafon.

RESUMO

O presente artigo procura através de uma análise histórica dos processos de integração regional oeste africana, reafirmar o pioneirismo da região em termos de integração socioeconômica, política e cultural, mas também destacar a persistências das dificuldades e desafios da consolidação da unidade política na região principalmente depois da internalização das fronteiras coloniais. Fixou-se como objetivo entender porque, apesar dos enormes esforços e as diversas tentativas, o sonho pan-africanista de autonomia, união e desenvolvimento está ainda a quem do esperado? Parte-se da hipótese de que, as dificuldades são de natureza histórica (herança colonial) e estrutural ligada a difícil relação entre os processos internos de construção do Estado e a inserção do mesmo no Sistema Internacional dominado pelo imperialismo capitalista dos países coloniais e neocoloniais. Ou seja, a baixa velocidade em que andam os processos de integração econômica, política, sociocultural e principalmente a ausência de autonomia esta estreitamente atrelado aos processos de independência inacabada devido a fatores endógenos e exógenos.

PALAVRAS-CHAVE

Integração regional; África Ocidental; CEDEAO.

Recebido em 23 de dezembro de 2015.

Aprovado em 29 de abril de 2015.